

**HABEAS CORPUS Nº 570.460 - SC (2020/0079338-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : CLEUMAR MORAES CORREIA  
**ADVOGADO** : CLEUMAR MORAES CORREIA - SC042763  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : THIAGO SILVA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO SILVA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, tendo em vista a ausência de elementos concretos acerca da participação do paciente na narcotraficância e, por conseguinte, a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do CPP.

Alega que o paciente possui residência fixa, exerce atividade laborativa lícita e tem demonstrado sua ressocialização (ausência de falta grave), inclusive constituindo família.

Aduz que a decisão objurgada não foi devidamente fundamentada e que apenas houve alusão aos critérios da custódia preventiva, sem contudo, observar o caso concreto. Alternativamente, pede a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

# Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente